



# Frente Parlamentar Ambientalista

Ano III - Brasília, julho de 2009



**Relatório de atividades da Frente Parlamentar Ambientalista  
1º Semestre de 2009**



# Frente luta contra retrocessos na lei ambiental

“Não podemos deixar que o Brasil caminhe na contramão das questões ambientais e, por isso, é necessário que o Poder Público assuma a responsabilidade de criar uma economia mais verde”

Este foi um semestre marcado por muitos desafios para todos nós que integramos a Frente Parlamentar Ambientalista. A luta tem sido difícil. Desde o começo da crise mundial, aqui no Congresso Nacional e no âmbito do Executivo, têm sido constantes as manobras contra os avanços obtidos na legislação ambiental. A pretexto de enfrentar o tumultuado quadro econômico, em especial alguns setores do agronegócio defendem a abertura de novas fronteiras agrícolas e modificações no Código Florestal. Ao mesmo tempo, querem apressar determinadas ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), facilitando a concessão de licenciamento ambiental e diminuindo o poder do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

É o caso do Projeto de Lei nº 5.367, de 2009, que institui o Código Ambiental Brasileiro. Esse projeto é um verdadeiro retrocesso na legislação, é um espelho de como alguns segmentos da sociedade, que aqui têm representação, ainda estão com os olhos voltados para o passado. A proposta significa uma agenda do atraso, um incentivo ao desmatamento, uma economia de alto consumo de gases do efeito estufa, enquanto o



mundo caminha na direção contrária. Há também, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) da Medida Provisória 462/09 que tramita na Câmara dos Deputados e tem um contrabando no artigo 9º que restabelece a isenção do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) para rodovias federais. E ainda, para ficar em alguns exemplos, o decreto presidencial que transformou o piso de 0,5% em limite máximo para o cálculo de compensações obrigatórias em empreendimentos com significativos impactos ambientais.

Durante a Vigília pela Amazônia, conclamei o Congresso Nacional a não ceder a uma visão fá-

cil, ao argumento falacioso de que é preciso derrubar a floresta para o país desenvolver. Não podemos ceder às armadilhas que têm sido colocadas para abrir a legislação ambiental.

Enquanto alguns tentam quebrar o arcabouço jurídico que coloca a nossa legislação como uma das mais modernas do mundo, precisando apenas de sua implementação mais efetiva, temos contado com o apoio dos brasileiros que, felizmente, se manifestam favoráveis a adoção de uma nova postura para o país.

Reforça o nosso ânimo pesquisa publicada pelo Datafolha, mostrando que 92% dos entrevistados não votariam em parlamentares que defendem mais desmatamentos. O povo brasileiro decidiu que quer a Amazônia preservada e, diante disso, nós não podemos entrar na linguagem fácil daqueles que pregam o desenvolvimento a qualquer custo.

O papel dos parlamentares que integram a Frente, das ONGs e dos demais representantes da sociedade civil que apoiam o nosso trabalho é o de apontar este caminho. Não podemos deixar que o Brasil caminhe na contramão das questões sócio-ambientais e, por isso, é necessário que o Poder

Público assuma a responsabilidade de criar uma economia mais verde, uma prática de baixo consumo de gases que aumentam o efeito estufa, como a seletividade do lixo, novos hábitos no uso da água, da energia e dos combustíveis. As mudanças ambientais estão sendo requeridas e o Brasil não pode ficar ao largo dessas exigências.

Creio que o segundo semestre não será muito diferente deste. Os grupos que insistem em desfigurar leis ambientais vão continuar agindo, mas a Frente Parlamentar Ambientalista estará atenta para tentar barrar iniciativas que coloquem em risco o projeto de desenvolvimento que acreditamos ser o melhor para esta e para as futuras gerações.

A Frente continuará desenvolvendo o seu trabalho, priorizando a aprovação de projetos sustentáveis, como a PEC do Cerrado e da Caatinga; a Política Nacional de Mudanças Climáticas; a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a Reforma Tributária Ecológica e outras propostas que representam um passo à frente rumo ao desenvolvimento sustentável.

**Sarney Filho**

Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista

## Expediente

**Coordenador-Geral:** Deputado Sarney Filho (PV-MA)

**Subcoordenadores:** Deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e Luiz Carreira (DEM-BA)

**Secretário-Geral:** Deputado Paes Landim (PTB-PI)

**Conselho Executivo:** Deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Nilson Pinto (PSDB-PA)

**Conselho Consultivo:**

Mário Mantovani • SOS Mata Atlântica

André Lima • Consultor Ambiental

Sérgio Berssleman • Instituto Pereira Passos

Fábio Feldman • Fórum Paulista de Mudanças Climáticas

**Grupos de Trabalho**

**Água**

Coordenador: Jorge Khoury (DEM-BA)

**Cerrado & Caatinga**

Coordenadores: Dep. Pedro Wilson (PT-GO) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

**Clima**

Coordenador: Dep. Rocha Loures (PMDB-PR)

**Conservação Marinha**

Coordenador: Dep. André de Paula (DEM-PE)

**Empresas e Responsabilidade Ambiental**

Coordenador: Raul Henry (PMDB-PE)

**Educação Ambiental**

Coordenador: Dep. José Paulo Tóffano (PV-SP)

**Energias Renováveis**

Coordenador: Dep. Mendes Thame (PSDB-SP)

**Fauna**

Coordenador: Dep. Ricardo Tripoli (PSDB-SP)

**Floresta**

Coordenador: Dep. Luiz Carreira (DEM-BA)

**Questões Urbanas**

Coordenadora: Dep. Rebecca Garcia (PP-AM)

**Resíduos**

Coordenador: Dep. Amaldo Jardim (PPS-SP)

**Turismo**

Coordenador: Deputado José Mentor (PT/SP)



Acesse o nosso site:  
[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

**Edição**

Eliana Lucena

**Repórteres:**

Teresa Cristina Soares, Renata Leite e colaboradores

**Fotos**

Agência Câmara, Agência Senado, Lídia Parente

**Projeto gráfico e diagramação**

Christiano Max de Sousa

**Assessora da SOS Mata Atlântica e da Frente Parlamentar Ambientalista**

Lídia Parente

**Assessora da coordenação da Frente**

Diva Alves Carvalho

**Câmara dos Deputados:**

Tel.: (61) 3215-5202 – Fax: (61) 3215-2202  
dep.sarneyfilho@camara.gov.br  
contato@frenteambientalista.com

Este informativo visa divulgar as ações da Frente Parlamentar Ambientalista.

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

## Frente debate aumento do biodiesel nos combustíveis

*No encontro promovido pela Frente foram abordados temas como os reflexos econômicos do uso do biodiesel*



*Debatedores defenderam a introdução gradativa do biodiesel especialmente nas áreas metropolitanas, diminuindo as emissões de hidrocarbonetos*

A Frente Parlamentar Ambientalista apóia os esforços da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio) para garantir um percentual maior de combustível vegetal no diesel comercializado no País. Em debate promovido pela Frente parlamentar, no dia 1º de junho, o presidente da Ubrabio, Juan Diego Ferrés, lembrou que o Brasil já é um dos países que mais utilizam recursos renováveis para geração de energia. A matriz energética do país é composta por 45% desses recursos, entre biomassa e hidroeletricidade.

O país também é reconhecido pelo grande potencial produtivo de Energias Renováveis, sem similar no mundo.

“Esta realidade ainda pode ser potencializada com o uso do biodiesel. Futuramente, pode-se substituir totalmente ou em parte a utilização do óleo diesel, principal combustível consumido no país (45 bilhões de litros por ano)”, afirmou Ferrés.

### Vantagens

O coordenador do GT de Energias Renováveis, deputado Mendes Thame (PSDB-SP), defendeu as vantagens do biodiesel: “Primeiro, o Brasil importa 20% do diesel mineral que consome no transporte de caminhões e automóveis, utilitários e ônibus. Se conseguirmos produzir mais biodiesel estaremos diminuindo as importações, o que é uma vantagem macroeconômi-

ca”, afirmou Thame. O deputado defende a introdução gradativa do biodiesel: começaria com 10% misturado ao diesel, em 2010. A segunda vantagem é a saúde pública:



o biodiesel não emite enxofre, não polui e hoje sabe-se que o diesel mineral do Brasil é de baixíssima qualidade. Nas regiões metropolitanas cresce o número de pessoas que são acometidas de doenças respiratórias por causa da poluição do ar decorrente das emissões de enxofre e de outros poluentes pelo diesel mineral. A terceira vantagem está no fato do biodiesel emitir menos CO<sub>2</sub> (90% a menos).

O coordenador do GT citou, ainda, como ponto positivo a possibilidade de o biodiesel ser usado na co-geração de energia, afastando o risco de um novo apagão, como ocorreu em 2001, além de criar empregos que é uma grande vantagem social.

O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, destacou que o momento é oportuno para esclarecer sobre a verdadeira importância do combustível para o país. “Esta

carbonetos e poderia reduzir a incidência de câncer nos pulmões e a ocorrência de irritações nos olhos, nariz, pele e aparelho respiratório nos habitantes das cidades.

### Conama

Uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) determina que, a partir de 2012, a frota de veículos pesados movida a diesel no País circule com o chamado combustível S10 - ou seja, com um máximo de 10 partes por milhão de enxofre.

Sobre uma parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista, Odacir Klein disse que a Ubrabio é uma entidade formada por empresas cujas práticas estão de acordo com atividades da Frente.

“A Frente Ambientalista defende o meio ambiente e as empresas filiadas à Ubrabio produzem aquilo que não agride o meio ambiente, que não tem os efeitos dos combustíveis fósseis. Diante disso, já há uma identidade de interesses e a Ubrabio e a Frente estão juntas na defesa desse avanço que permitirá a diminuição das emissões no meio urbano”, afirmou.



## Comissão de Educação aprova projeto que proíbe animais em circo

A Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 3 de junho, a proposta que proíbe o uso de animais em circos no Brasil. O projeto de lei 7291 de 2006, apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e com parecer favorável do relator, o deputado Antônio Carlos Biffi (PT-MS), estava parado havia mais de dois anos na Câmara. Entre outras questões, o projeto quer a proibição de animais em espetáculos circenses e prevê prazo de transição de oito anos para os circos se adaptarem. Espetáculos como rodeios e vaquejadas não estão incluídos na proposta.

O projeto ainda precisa ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário da Câmara.

Durante a audiência, o líder do PV na Câmara e coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, orientou os membros do partido na comissão para que votassem a favor do parecer do deputado Antônio Carlos Biffi. “O nosso partido tem compromisso com a fauna e com a flora, tem compromisso com o futuro, com métodos mais humanos no tratamento dos outros animais. Portanto, nós somos radicalmente a favor de que se extinga a apresentação de animais silvestres e domesticados em circos em nosso território nacional”, afirmou o deputado. O coordenador do Grupo de Trabalho de Fauna da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), também somou sua voz à dos protetores e disse:

“Vivemos uma intensa evolução cultural e a população brasileira já percebeu essa mudança. Neste momento é necessário valorizar os artistas circenses e proibir, de uma vez por todas, a utilização de qualquer espécie em espetáculos”.



Manifestantes ocupam a Comissão de Educação em defesa dos animais

O diretor da WSPA Brasil, Antonio Augusto Silva, comemorou a decisão dos deputados: “A aprovação do substitutivo ao PL 7291 na CEC se deu graças a um consenso construído após diversos embates na Comissão”. Para ele, a participação do deputado Ricardo Tripoli foi fundamental.

“Mesmo não sendo membro da Comissão de Educação e Cultura, o deputado Tripoli participou de todas as sessões em que o PL entrou na pauta. Mais que isso, o parlamentar fez pronunciamentos importantes e articulações que foram fundamentais para o consenso e aprovação da matéria”, disse. O diretor destacou que o coordenador tem sido parceiro constante das instituições de proteção e no acompanhamento das proposições voltadas ao bem-estar animal que tramitam no Congresso Nacional. Segundo ele, a ação política do deputado também contribuiu de forma significativa para ampliar o debate junto à sociedade brasileira.

Silva lembra o pronunciamento do deputado, durante a sessão da CEC, quando o parlamentar solicitou à presidente da Comissão que recebesse as mais de 100 mil assinaturas pedindo a proibição do uso de animais em circos. “Tripoli disse que esta é uma conquista dos animais e do povo brasileiro”, afirmou Antonio Augusto.



Deputado Ricardo Tripoli

## Energias Renováveis terão marco regulatório

O presidente do GT do Clima e da Comissão Especial de Fontes Renováveis de Energia, deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), quer votar ainda neste semestre um novo marco regulatório para o setor.

“Nas próximas semanas, nós iremos apresentar o relatório definitivo da comissão, votá-lo e antes do dia 17 de julho - início do recesso parlamentar - ter o primeiro marco legal sobre energias renováveis. Queremos planejamento de longo prazo”, disse o Deputado.

A idéia, segundo Rocha Loures, é criar incentivos para o uso das fontes alternativas de energia, oferecendo segurança jurídica a quem investe na área.

O deputado defende, por exemplo, a criação de um fundo de estímulo à produção nacional de equipamentos e componentes para uso na geração energética a partir de matrizes renováveis como a solar e a eólica.

Em carta à comissão, dez organizações ambientalistas defenderam que a nova legislação sobre o assunto garanta competitividade aos empreendimentos de energia renovável, bem como a possibilidade de interligação à rede elétrica e o estabelecimento e contratos de longo prazo entre geradores e distribuidoras. Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de energias renováveis do Greenpeace, explicou que o marco regulatório é um conjunto de regras permanentes para garantir estabilidade ao setor. Instalada há quase um ano, a Comissão Especial de Fontes Renováveis de Energia analisa 18 projetos de lei sobre o assunto. As propostas têm caráter conclusivo.

Por isso, o texto aprovado poderá seguir diretamente ao Senado depois de aprovado pela comissão.



Dep. Paulo Teixeira, Ricardo Baitelo do Greenpeace e Dep. Rocha Loures em reunião da Frente

## Seminário avalia gestão de recursos hídricos e uso sustentável do Cerrado



*No encontro, parlamentares, ONGs e especialistas discutiram o programa desenvolvido pela Ecodata que prepara trabalhadores rurais para a sustentabilidade*

A ampliação do Programa de Capacitação em Agroextrativismo no Cerrado, desenvolvido pela Ecodata, transformando-o numa política pública para o fortalecimento do bioma, é uma das propostas que saíram do III Seminário de Desenvolvimento Sustentável, na Bacia do Alto Tocantins e o 1º Seminário de Agroextrativismo no Cerrado, realizado nos últimos dias 18 e 19 de junho, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. A capacitação é uma parceria da Ecodata com o Ministério do Trabalho e Emprego com o objetivo de preparar os trabalhadores rurais para que eles utilizem melhor o potencial das regiões de Cerrado onde vivem, retirando de lá parte de seu sustento, ao mesmo tempo em que conservam o ecossistema.

A elaboração de um plano de mídia para dar visibilidade ao Cerrado na imprensa nacional, a criação dos Comitês da Bacia do Alto Tocantins e do Tocantins-Araguaia como legítimas representações daqueles rios e das comunidades a eles vinculadas e o apoio incondicional à aprovação da PEC do Cerrado

são outras decisões apresentadas durante o encontro.

O evento contou com a participação de importantes lideranças, como o 1º vice-presidente da



Câmara, Deputado Marco Maia, o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, Deputado Sarney Filho e os parlamentares Pedro Wilson e Rodrigo Rollemberg. Estiveram presentes ainda, representantes de governos Federal, Estadual e Municipal, além de universidades, especialistas na área ambiental, agroextrativistas, entre outros.

“A participação da Frente Parlamentar Ambientalista, das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de Legislação Participativa, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, em especial,

dos Deputados Pedro Wilson e Rodrigo Rollemberg, foram fundamentais à realização do evento que apresenta importante contribuição ao meio ambiente e à sociedade, discutindo temas que refletem na vida de todo o povo brasileiro, como é o caso do aproveitamento e da preservação dos recursos hídricos”, afirma o presidente da Ecodata, Donizete Tokarski.

Durante o encontro, promovido pela Ecodata com o apoio da Coca-Cola, WWF Brasil e Frente Parlamentar Ambientalista, ficou definida ainda a realização do IV Seminário de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Alto Tocantins, que deverá acontecer no primeiro semestre de 2010. Um dos temas que será debatido é a Bacia do Rio Paranã.

“Eventos como este enriquecem as discussões acerca da preservação ambiental, assim como fortalecem nossa luta pela aprovação da PEC que vai elevar o Cerrado como patrimônio nacional e garantir mais atenção das autoridades públicas em favor do bioma. É extremamente relevante à sociedade a realização de novos encontros deste tipo”, assegura o Deputado Pedro Wilson.

### Programa de Capacitação

Durante o evento, a Ecodata lançou o “Programa de Capacitação em Agroextrativismo no Cerrado”. O projeto contempla a realização de cursos que vão beneficiar mais de 2,5 mil famílias distribuídas em 60 municípios de quatro estados (GO, MA, MG e TO) e em Planaltina, no Distrito Federal.

A atividade agroextrativista combina o extrativismo com a agricultura familiar sustentável. Estabelece meios viáveis de coleta, beneficiamento, acondicionamento, preservação e escoamento da produção são medidas essenciais à consolidação do desenvolvimento sustentável do Cerrado. Pequi, cagaíta, baru, jatobá e mangaba são alguns dos produtos que podem ser coletados no bioma com fins comerciais e sem degradação ambiental.

Os cursos terão carga horária de 200 horas/aula, entre teóricas e práticas. A capacitação terá ainda uma preocupação com a formação cidadã dos participantes, abordando temas como cidadania, legislações ambiental e trabalhista, ética, direitos humanos, primeiros socorros e outros assuntos que vão contribuir para a formação e consequente desenvolvimento social das famílias e regiões beneficiadas.

Mais informações sobre o programa podem ser obtidas no site da Ecodata ([www.ecodata.org.br](http://www.ecodata.org.br)) ou pelo e-mail [ecodata@ecodata.org.br](mailto:ecodata@ecodata.org.br).

## Deputados pedem urgência na aprovação da PEC do Cerrado



Deputado Pedro Wilson defendeu a aprovação da PEC do Cerrado antes do recesso parlamentar

**E**mbora esteja para ser votada pelo Plenário desde o ano passado, continua sendo protelada a aprovação da chamada PEC do Cerrado e da Caatinga, nº 115, de 1995, que dá a esses dois biomas a condição de patrimônio nacional na Constituição Federal. O deputado Pedro

Wilson (PT-GO), autor da proposta, em reunião com a Frente Parlamentar Ambientalista, falou dos esforços para que a proposta saia do papel, diante das ameaças enfrentadas por esses biomas. Pedro Wilson encaminhou no início de junho mensagem ao presidente da Câmara, Michel Temer, e a cada

líder partidário, solicitando que a PEC seja colocada na Ordem do Dia, para ser votada até o recesso. No documento, o deputado citou estudos da EMBRAPA, da UFG, da UnB, da UCG e de outras instituições que fazem pesquisa científica e mostram todo o potencial econômico do Cerrado e o quanto

a sua degradação é prejudicial à biodiversidade no Planeta. Pedro Wilson encaminhou, também ofício e cópia dos referidos estudos aos deputados Sandro Mabel e Ronaldo Caiado, de Goiás, respectivamente líderes do PR e do DEM. O deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), no Dia do Meio Ambiente, também fez um apelo pela aprovação da PEC.

“Esta Casa dará uma demonstração de compromisso com o futuro de nosso País, com o futuro do desenvolvimento sustentável ao apreciar e aprovar a PEC nº 115, de 1995, que dá ao Cerrado e à Caatinga a condição de patrimônio nacional na Constituição Federal” afirmou o deputado.

Ele lembrou que os índices de desmatamento do Cerrado são superiores aos da Floresta Amazônica. “O Cerrado vem sendo desmatado a uma taxa de 1,5% ao ano, o que fará com que, se não rompermos com essa tendência, em 40 anos a sua total destruição”, alertou Rollemberg.



## Frente Ambientalista aderiu à Hora do Planeta 2009

**O** coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, Deputado Sarney Filho e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MS), assinaram a adesão ao ato simbólico Hora do Planeta 2009, acontecido dia 28 de março, quando foram apagadas as luzes das principais cidades do mundo para marcar a luta contra o aquecimento global.

A assinatura ocorreu durante a realização do Fórum Amazônia Sustentável, realizado pela WWF e a Frente, no Senado Federal. Brasília e Porto Alegre também

assinaram o compromisso com o movimento mundial. Em Brasília, as luzes da Esplanada dos Ministérios e do Congresso Nacional ficaram apagadas por uma hora.

O evento contou com a participação da secretária-geral do WWF-Brasil, Denise Hamú. “De Brasília emanam todas as decisões importantes para o Brasil. Então, a adesão da cidade à Hora do Planeta tem um simbolismo especial, mostrando que o país está engajado na luta contra aquecimento global”, afirmou.

Sarney Filho também ressaltou

a importância da iniciativa depois de lembrar que o Brasil já é o 4º maior emissor de gases do efeito estufa, sendo que 75% do gás car-

bônico que é jogado na atmosfera é decorrente dos desmatamentos e queimadas, principalmente na Amazônia.



Senadora Serys, Denise Hamú, Sarney Filho e o Vice-Governador Paulo Otávio

## ONGs cobram ação imediata para enfrentar as mudanças climáticas



André Ferretti, da Fundação O Boticário, Raquel Birdman da FGV, jornalista Leonel Rocha, Deputado Rocha Loures e o Coordenador da Frente, Sarney Filho

Em mesa-redonda, realizada no dia 24 de junho, no Senado Federal, as principais ONGs ligadas às questões climáticas pediram ao governo ações imediatas para que o país possa enfrentar as mudanças no clima e seus impactos nas áreas econômica, social e ambiental. O evento contou com a participação do coordenador da Frente, Sarney Filho, e do coordenador do GT Clima, Deputado Rocha Loures. O evento reuniu sociedade civil, cientistas, parlamentares e negociadores oficiais na ONU para debater a Política Nacional de Mudanças Climáticas e o papel do Brasil na Conferência de Copenhague (COP 15).

A iniciativa do Observatório do Clima teve a parceria do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVCes), Frente Parlamentar Ambientalista, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e apoio do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), WWF-Brasil, Conservação Internacional (CI-Brasil) e Embaixada Britânica.

Entre as ações consideradas emergenciais apontadas pelas ONGs está a aprovação do projeto de lei que cria a Política Nacional de Mudanças Climáticas em trâmite no Congresso Nacional. “O país precisa de um marco regulatório para orientar a sociedade e a economia no rumo do desenvolvimento de baixo carbono”, defendeu André Ferretti (Fundação O

Boticário de Proteção à Natureza), coordenador do Observatório do Clima.

Para Fernanda Carvalho (The Nature Conservancy – TNC), a nova lei poderá definir metas de redução de emissões de gases-estufa para diferentes setores e atividades econômicas no país, orientando as estratégias e ações nacionais de mitigação e adaptação à mudança do clima.

### Metas

As ONGs do Observatório do Clima também querem medidas concretas no âmbito do Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) para garantir o cumprimento de metas de combate ao

desmatamento na Amazônia e o acréscimo de metas de redução específicas de desmatamento no Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas. Segundo Brenda Brito (IMAZON), é fundamental que o governo destine recursos financeiros suficientes para que o plano possa sair do papel e gerar resultados.

Apesar de reconhecerem o plano como o “primeiro passo” para uma estratégia nacional de combate às mudanças climáticas, na opinião das ONGs, o documento aprovado pelo governo ainda está longe de ser um esforço de Estado que coloque o Brasil nos trilhos de um desenvolvimento com baixos

índices de emissão de carbono.

“Para enfrentar os desafios que temos pela frente, as políticas de governo devem ser coerentes e apontar para um futuro de baixo carbono. Infelizmente na área de energia não estamos no mesmo compasso, sequer na mesma direção” avalia Karen Regina Suasuna, do WWF-Brasil. Para ela, o plano ainda não é suficientemente forte para barrar tendência explícita de carbonização da matriz energética brasileira, pois permite a instalação de termelétricas a óleo e carvão mineral previstas para o setor. “Temos que remar na mesma direção e inverter esta tendência” completa.

## Empresários discutem sustentabilidade com a Frente Ambientalista



Sarney Filho, Horácio Piva e Elizabeth Carvalhaes

Na primeira reunião do GT de Empresas, da Frente Parlamentar Ambientalista, o coordenador do movimento, deputado Sarney Filho, defendeu a importância de as empresas adotarem práticas sustentáveis. “Esta é uma

cobrança que está sendo feita pela sociedade e nós queremos na Frente abrir um canal permanente com o setor produtivo para que possamos discutir uma economia verde”, afirmou o coordenador. O recém-criado GT de Empresas é coordenado pelo deputado Raul Henry (PMDB-PE). A reunião contou com a presença do líder do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ), parlamentares da Frente, dirigentes de ONGs e de empresas.

O presidente da Associação

Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Horácio Lafer Piva e a presidente-executiva, Elizabeth Carvalhaes, defenderam o trabalho desenvolvido pelo setor de papel e celulose como fonte importante de absorção dos gases do efeito estufa da atmosfera. “Sem dúvida, este setor é importante colaborador no combate ao aquecimento global”, defendeu Elizabeth Carvalhaes que pediu o apoio da Frente Ambientalista para que as florestas plantadas possam ser incluídas no Protocolo de Kyoto como fontes de sequestro de carbono.

“Se o Brasil trabalhar por este objetivo conseguiremos trazer para o país grandes investimentos do mercado de carbono”, avaliou Elizabeth.

## Tóffano faz balanço dos 10 anos da lei de Educação Ambiental



Dep. José Paulo Tóffano e Fábio Feldman no evento que avaliou a educação ambiental no país

O coordenador do GT de Educação Ambiental, José Paulo Tóffano (PV-SP), destacou como uma das grandes realizações do seu grupo o seminário que marcou os 10 anos da Política Nacional de Educação

Ambiental. O encontro foi realizado em Brasília, junto com o Sindilegis e com o apoio da Frente Parlamentar Ambientalista e de diversas Organizações Não-Governamentais

“Hoje, após dez anos do início

da política de educação ambiental, mais de 90% das escolas incluíram a educação ambiental como matéria transversal. Queremos que a educação ambiental não seja ministrada como uma disciplina tradicional, e sim que ela perpassse por

todas as demais matérias”, afirmou Tóffano.

O deputado, que assumiu em junho a presidência da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, adiantou que nessa função dará prioridade às questões ambientais e às de mercado, que envolvem exportação e importação de produtos entre os países do grupo. “Antes eu era presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do MERCOSUL, e nessa função, coloquei na agenda a situação das águas transfronteiriças, o Aquífero Guarani e levamos a posição do Parlasul a Istambul, na Turquia, no Fórum Mundial da Água.

### Interface

A partir de agora, Tóffano quer reforçar a interface do MERCOSUL com a Frente Parlamentar Ambientalista para ampliar o debate em torno do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

## Rebecca anuncia as prioridades do GT de Questões Urbanas

A coordenadora do Grupo de Trabalho de Questões Urbanas da Frente, deputada Rebecca Garcia (PP-AM), anunciou os temas principais na agenda do GT: saneamento básico, com a relatoria do Deputado Dr.

Nechar (PV-SP); ordenamento territorial urbano, com a relatoria da Deputada Ângela Amim (PP-SC) e cidades sustentáveis, com a relatoria do Deputado Edson Duarte (PV-BA). A deputada adiantou que o objetivo principal é montar,

junto com parlamentares e participantes da Frente, uma agenda de trabalho que envolverá audiências públicas, reuniões técnico-temáticas, relatórios e grande participação da sociedade civil por meio de mecanismos de comunicação

interativa (grupos de discussão, chats, enquetes, etc).

“O grande desafio que temos é encontrar soluções para aliar o desenvolvimento das regiões e a preservação ambiental. Como ter uma sociedade economicamente viável sem prejudicar o meio ambiente”, questionou a deputada.

Rebecca reforçou que o conflito que existe entre o desenvolvimento das cidades e a preservação ambiental vem sendo muito debatido ultimamente e já não é mais novidade. “A percepção de que o crescimento urbano depende do meio ambiente para se manter está fazendo com que a sociedade abra os olhos para a importância de as duas frentes caminharem lado a lado, de mãos dadas, uma sem prejudicar a outra”, defendeu a deputada.

Entre as atividades do GT ela citou que no início do segundo semestre será realizado um seminário com audiências públicas, palestras e debates para análise dos tópicos principais que envolvem as questões urbanas.



Deputada Rebeca Garcia apontou os desafios para aliar desenvolvimento e meio ambiente

## Urgência na aprovação da Política de Resíduos Sólidos



André Vilhena do CEMPRE, Dep. Arnaldo Jardim e o Dep. Jorge Khoury no debate sobre o novo marco regulatório

O deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), relator do Projeto de Lei 1991/07, do Executivo, que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, defendeu em reunião da Frente, no dia 17 de junho, urgência na aprovação da proposta. Jardim, que coordena o GT de Resíduos Sólidos da Frente, afirmou que mesmo que a proposta não seja aprovada na íntegra, é fundamen-

tal que o país passe a contar com um marco regulatório para o setor.

Esta mesma posição foi reforçada na reunião pelo presidente do Compromisso Empresarial para a Reciclagem - Cempre, André Vilhena. "Acreditamos que a proposta final atende a 90% do que foi proposto e a aprovação da lei, sem dúvida, vai acabar com os problemas que ocorrem hoje:

os estados têm regras diferentes e isso acaba inibindo as atividades do setor", explicou Vilhena. Arnaldo Jardim disse que o projeto de lei busca ser a convergência entre mais de 140 iniciativas parlamentares, dos trabalhos de duas Comissões Especiais que trabalharam por anos, além de uma proposta oriunda do Executivo.

O projeto também foi construído ouvindo as entidades, or-

ganizando eventos e, principalmente, repercute a necessidade da sociedade escolher o caminho do desenvolvimento sustentável. Isto seria impossível sem uma legislação sobre o lixo," explicou.

Dessa movimentação resultaram propostas concretas contidas neste relatório final que estabelece entre os pontos principais: gestão compartilhada e integrada de resíduos sólidos; implantação de princípios do direito ambiental; os planos de gestão para o poder público em todas as esferas e de plano de gerenciamento para as atividades empresariais; logística reversa como instrumento de gestão e o conceito inovador de responsabilidade compartilhada que fortalece por meio dos acordos setoriais – firmados entre o poder público e empresariado – os caminhos para a destinação ambientalmente adequada; a criação de instrumentos econômicos e tributários para garantir o fomento e viabilidade de ações estruturantes para um potencial mercado de resíduos e o reconhecimento da importância aliada à plena garantia da inserção de cooperativas de catadores.

## Instituto Chico Mendes apresenta balanço à Frente

A direção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresentou no dia 11 de março à Frente Parlamentar Ambientalista o balanço da gestão 2008 do ICMBio. Este é o primeiro ano em que o Instituto, criado em 2007, funciona com dotação orçamentária própria.

No comando do ICMBio, desde julho de 2008, Rômulo Mello defendeu que é importante discutir o processo de construção do Instituto, que foi criado com a proposta de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

"O ICMBio é um órgão executor. Precisamos, no entanto, estar em sintonia com o Legislativo para trabalharmos juntos no desafio de conservar nossa biodiversidade, preservar as belezas naturais, além de encontrar o equilíbrio no uso dos recursos, que devem ser explorados de forma sustentável e inteligente", disse o presidente da autarquia. Segundo o diretor, o ICMBio ainda tem um quadro pequeno de servidores, pouco mais de 1,8 mil, para administrar 300 Unidades de Conservação (UCs), 11 Centros de Pesquisa e Conservação e cuidar dos 77 milhões de hectares de áreas protegidas, o que equivale a cerca de 8,2% do território nacional.



Rômulo Mello quer sintonia entre o Instituto e o Congresso Nacional

## Viva a Mata discute mudanças no Código Florestal

Uma mesa redonda reuniu na quinta edição do Viva a Mata, realizado em maio, em São Paulo, integrantes da Frente Parlamentar Ambientalista que debateram as ameaças ao Código Florestal. Durante mais de duas horas deputados federais, ministros e lideranças ambientalistas falaram sobre o movimento liderado por ruralistas para derrubar o Código Florestal. Conduzida pelo diretor de mobilização do SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, a mesa redonda contou com a presença do ministro do STJ, Antônio Herman Benjamin, do coordenador da Frente, Sarney Filho, além de Cleiton Lino, Fábio Feldman, João Alfredo Telles, José Carlos Vieira e Maria José de Brito Zakia.

Sarney Filho lembrou que há um projeto de lei que pede a derrubada de uma Resolução do Conama que considera a restinga como área de preservação ambiental. Para o parlamentar, a Frente tem um papel essencial na salvaguarda da legislação. “A Frente é uma trincheira de resistência”, considerou. A manipulação e desinformação foram apontadas por Cleiton Lino como o discurso predominante. Em sua opinião, o Código Florestal é apenas a ponta do iceberg. “Há mais de 40 projetos de lei destruindo áreas de preservação ambiental”, informou. Ao final, a Rede Mata Atlântica, que engloba cerca de 300 ONGs, entregou um documento de apoio ao Código Florestal à Frente Parlamentar Ambientalista.



O Viva a MATA 2009 reuniu ONGs, pesquisadores e órgãos governamentais que atuam em várias regiões com projetos pela conservação da Mata Atlântica. Além de conferir os 20 estandes temáticos, o público participou de manifestações em defesa do meio ambiente, de debates, palestras, oficinas, maquetes interativas, peças de teatro e outras manifestações artísticas. Cerca de 100 projetos de várias ONGs que trabalham pela conservação da Mata Atlântica foram apresentados e cerca de 80 mil pessoas conferiram esta grande celebração pelo Dia Nacional da Mata Atlântica.



## Thame quer aprovar logo Política de Mudanças Climáticas



Proposta do Deputado regula as ações de redução das emissões de gases de efeito estufa

O deputado Mendes Thame (PSDB-SP), coordenador do GT Energias Renováveis, oficializou, nos últimos dias, pedido ao presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Vignatti (PT-SP), para incluir na pauta de votações da próxima reunião da comissão o Projeto de Lei 261/07, de sua autoria, que institui a Política Nacional de Mudanças Climá-

ticas (PNMC).

Apesar de o relator da matéria ter apresentado o seu parecer em novembro de 2008, a proposição não é posta na ordem do dia para votação.

Com o objetivo de regular as ações de redução das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, o projeto obriga o poder público a compatibilizar todas as suas ações com os objetivos da PNMC.

### Aquecimento Global

No início do mês de junho, Mendes Thame conseguiu que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional aprovasse realização de audiência pública com o ministro Edson Lobão, das Minas e Energia, para debater a criação de tributo sobre a emissão de gases que provocam o aquecimento global, o chamado *carbon tax*. A medida faz

parte do Projeto de Lei Complementar (PLP) 73/2007, de autoria dos deputados Mendes Thame (SP) e Luiz Carlos Haully (PR), ambos do PSDB.

A proposição cria um tributo sobre a emissão de gás carbônico e outros gases causadores do efeito estufa e incidirá sobre todas as atividades econômicas produtivas que gerem emissão de carbono ou outros gases de efeito estufa em qualquer estágio do ciclo produtivo.

### Impacto

Por outro lado, produto, mercadoria ou serviço cuja produção, uso e consumo causem menor degradação ambiental, terão alíquotas dos tributos e contribuições sociais e econômicas reduzidas em, no mínimo, 30%.

“A instituição da tributação sobre a emissão de gases de efeito estufa terá a vantagem de estimular inovações tecnológicas capazes de reduzir a ‘pegada de carbono’, colocando o Brasil em condições de igualdade tecnológica e ambiental com os países industriais”, explica Mendes Thame.

## Falta vontade política para aprovar IR Ecológico

O presidente da SOS Mata Atlântica, Roberto Klabin, defendeu na Frente Parlamentar Ambientalista a aprovação do Imposto de Renda Ecológico que está para ser votado desde o ano passado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

De acordo com o ambientalista, a medida “seria um estímulo para que os empresários se dispusessem a ajudar na proteção do meio ambiente”.

“Porque a proposta não é votada? O governo acha que incentivo fiscal para salvar a natureza não é uma boa causa?

Não sei se é isso, mas falta vontade política”, lamentou Klabin. Ele também defendeu a necessidade de “uma coerência jurídica” para o setor.

“Os empresários não precisam apenas de incentivos para estimular a proteção ao meio ambiente. Hoje há um emaranhado de leis que criam todo tipo de problema, com diversas instâncias se achando com direito a tomar decisões. Esse é o nosso maior problema, surgido com a Constituição de 88. Há muitas leis, instâncias e órgãos querendo legislar, multar e punir”, lamentou.

Klabin reconhece que o ambientalista, bem como o empresário, são muitas vezes extremistas. “Como unir os dois lados rumo ao equilíbrio? Não acho que se possa conciliar isso enquanto paixão. A saída é um discurso prático, mostrando o que há para se fazer. Não acho que alguém é melhor ou pior, mas existem coisas que são irreconciliáveis”, afirmou Klabin.

Para o presidente da SOS Mata Atlântica, o objetivo é administrar esse processo e chegar a uma agenda comum, em benefício do desenvolvimento sustentável.



Roberto Klabin defende IR Ecológico



# Frente em Destaque



Vigília da Amazônia no Senado reuniu parlamentares, autoridades e ONGs



Manifestação contra as ameaças ao Código Florestal no evento Viva a Mata em São Paulo



Ação Pró-Resex para cobrar a criação das UCs paralisadas na Casa Civil



## Sarney Filho recebe prêmio de Amigo da Mata Atlântica

O Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho, recebeu no dia 08 de julho, em Brasília, o prêmio Amigo da Mata Atlântica, conferido por 330 Organizações Não Governamentais, de 17 estados, que integram a Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica – RMA.

O coordenador da Rede, Renato Cunha, ressaltou o trabalho desenvolvido pelo deputado na preservação e recuperação do bioma e para a população dessas áreas. “Sarney Filho também atuou de forma exaustiva, desde a aprovação até a regulamentação da

Lei da Mata Atlântica (lei 11.428/06)”, destacou o ambientalista.

Em discurso no plenário da Câmara, o deputado Jorge Koury (DEM-BA) lembrou que Sarney Filho já havia recebido, no mês passado, o título de Amigo da Amazônia, do Fórum Brasileiro de ONGs (FBONGs) pelo seu trabalho em defesa daquele bioma. “Hoje, ele recebe o título de Amigo da Mata Atlântica, pelo que vem realizando em seu mandato parlamentar mas, principalmente, por sua atuação na Frente Parlamentar Ambientalista”, elogiou Khoury.



Deputado Mão Branca (PV-BA) participa de reunião da Frente



Empresários com o coordenador da Frente em reunião do GT de Empresas



Evento da Frente no Dia Mundial da Água



O Plenário e as galerias do Senado ficaram lotadas durante a Vigília



Cristiane Torloni e Victor Fasano entregaram aos parlamentares a Carta Manifesto em defesa da Amazônia



Frente discute os 10 anos da Lei de Educação Ambiental

## No Dia da Água, Frente faz balanço do Fórum Mundial da Água

No Dia Mundial da Água – comemorado em 22 de março – o coordenador do GT Água da Frente, deputado Jorge Koury apresentou os resultados do 5º Fórum Mundial da Água, realizado na Turquia, e o termo de cooperação técnica assinado entre a Fundação SOS Mata Atlântica e a Agência Nacional de Águas (ANA). Por meio dessa parceria, as duas instituições vão compartilhar dados sobre a qualidade da água.

De acordo com o parlamentar, foram mais de 20 mil pessoas que debateram durante o Fórum a construção de políticas públicas que possam contribuir para a solução dos problemas de gestão dos recursos hídricos do planeta. Foram discutidas as questões mais polêmicas em torno deste recurso, como as secas, a reciclagem das águas residuais, a distribuição e a gestão da água. “Ao final do encontro, foi apresentada uma declaração assinada por 150 países, na qual os Estados signatários



*Países estão preocupados com a segurança no setor da água, disse Jorge Koury*

advertem para a necessidade de se conseguir segurança no setor da água, em um mundo que enfrenta mudanças globais rápidas e sem precedentes, incluindo o crescimento da população, as migrações, a urbanização, a mudança climática e a desertificação, entre outros”, disse o deputado.

Participaram da reunião da Frente os deputados Arnaldo Jar-

dim, Mão Branca, Edson Duarte, Luis Carreira, Vanessa Grazziotin, Mendes Thame, Pedro Wilson, o presidente do Instituto Chico Mendes, Romulo Mello, representantes da Câmara Legislativa do DF além de dirigentes de entidades, como WWF, Conserve Amazônia, Rede Água e Conservação Internacional.

O deputado Rodrigo Rollem-

berg (PSB-DF), ao falar sobre os recursos hídricos no DF, reforçou a necessidade de aprovação da PEC do Cerrado que reconhece o bioma como Patrimônio Natural na Constituição, a exemplo do que já ocorre com a Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica.

A dirigente da entidade Amigos do Futuro, Rejane Peratti, apresentou os resultados dos grupos de monitoramento da água, implementado pela Fundação SOS e pela Coca-Cola em Brasília, na Bacia do Paranoá.

No Riacho Fundo, o Projeto Gestão Socioambiental conta com a participação de alunos do ensino médio que realizam o monitoramento da água e estão propondo ao governo ações para melhorar a baixa quantidade de peixes, o assoreamento, falta de vegetação nas margens e a existência de esgoto e lixo que poluem a água. Trabalho semelhante se desenvolve no Córrego do Urubu e no Córrego da Palha. .

## Entidades apresentam Pacto pela Restauração da Mata Atlântica

O Pacto pela Restauração da Mata Atlântica - conjunto de ações, cuja meta é restaurar 15 milhões de hectares de florestas até 2050 - foi apresentado em reunião da Frente Parlamentar Ambientalista, no dia 14 de abril. O movimento, que reúne cerca de 50 entidades, tem como objetivos a conservação da biodiversidade, a geração de trabalho e renda na cadeia produtiva das ações de restauração e manutenção das áreas de florestas.

Outro objetivo do Pacto é disseminar informações sobre técnicas de restauração florestal para melhorar a qualidade dos projetos e monitorar as ações desenvolvidas em toda a Mata Atlântica. Além disso, também está prevista a criação de um fundo privado para apoiar as ações diretas de restauração e sustentabilidade.

### Desafio

O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, reconheceu tratar-se de um grande desafio, o que exigirá a adesão de governos,



*Mário Mantovani, Deputado Arnaldo Jardim e o Deputado Luis Carreira, do GT Floresta, que coordenou o evento*

empresários e fazendeiros, com a participação da sociedade civil.

“Hoje, a Mata Atlântica está praticamente em extinção. Só temos em torno de 7,9 %, da cobertura original. Com ao trabalho de recuperação o bioma poderá,

inclusive, prestar serviços ambientais por meio do manejo florestal sustentável”, afirmou o coordenador da Frente.

O coordenador do Pacto, Miguel Calmon, destacou durante o evento que a recuperação da Mata

Atlântica tem impactos diretos sobre a vida de quase 130 milhões de pessoas, já que manter a floresta em pé é uma das formas de se garantir o abastecimento de água para grandes cidades com Rio de Janeiro e São Paulo.

## Fórum Amazônia Sustentável é lançado em Brasília

Contando com a presença da Frente Parlamentar Ambientalista, representantes de ONGs e da sociedade civil, foi lançado, em Brasília, no dia 20 de março, o Fórum Amazônia Sustentável.

O Fórum foi fundado, em Belém (PA), em novembro de 2007, como resultado de um longo processo de diálogo entre organizações ligadas a causas sociais, com o objetivo de criar um espaço entre empresas, governos e organizações da sociedade civil para viabilizar alternativas de modelos de desenvolvimento sustentáveis para a Amazônia.

O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, ressaltou no encontro que o Fórum representa “um espaço único de debates e propostas que venham beneficiar a população amazônica e a preservação da floresta”.

### Regularização

A senadora Serys Slhessarenko



(PT-MT) compartilhou da opinião de Sarney Filho e destacou o compromisso que os parlamentares devem ter debatendo e agindo em prol da Amazônia. “É primordial para a região a regularização fundiária, porque atualmente é impossível se punir os desmatado-

res que não podem ser responsabilizados, pois não são legalmente os donos das terras”, lembrou. Beto Verissimo, representante do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e da Comissão Executiva do Fórum Amazônia Sustentável, disse que o

movimento nasceu como um espaço de discussão entre governos, empresas e sociedade civil na busca de melhorias para uma população que “possui um alto passivo social”.

“Temos que dialogar principalmente com as empresas que estão localizadas na região, pois existem muitas que já perceberam a importância do bioma e estão investindo em projetos sustentáveis”, defendeu.

Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), salientou que um dos pontos fundamentais do Fórum é a carta de compromisso, assinada por todos os integrantes.

“Ações como a mobilização da sociedade, valorização do conhecimento tradicional, proposição de políticas públicas e construção de compromissos de boas práticas produtivas fazem parte do acordo.”, explicou.

## Frente discute turismo sustentável com CNTUR

O GT Turismo, coordenado pelo Deputado José Mentor (PT-SP), promoveu reunião da Frente com os dirigentes da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), no dia 20 de maio.

Na ocasião, o Presidente da CNTur, Nelson de Abreu Pinto, fez a apresentação das propostas da Plataforma do Turismo e Meio Ambiente, que está sendo elaborada pela Confederação Nacional do Turismo, com vistas a compatibilizar, o turismo com a preservação ambiental.

O diretor superintendente da CNTur, Vadis Luiz da Silva, apresentou o novo Portal da entidade na Internet ([www.cntur.com.br](http://www.cntur.com.br)), aos parlamentares e representantes das ONGs presentes. No site, os usuários podem encontrar informações mais completas sobre a história e os mais recentes movimentos do turismo nacional e internacional.

### Portal

Segundo Vadis Luiz, o portal conta com uma poderosa plataforma tecnológica, que permite à CNTur explorar ao máximo as possibilidades de relacionamento

com o trade do turismo nacional.

Além das informações institucionais sobre a entidade, no portal estão disponibilizadas notícias da entidade, um clipping com notícias de interesse da categoria, veiculadas na internet; vídeos e fotos sobre as ações da CNTur e de atrativos turísticos nacionais.

Um exemplo disso é o apoio da CNTur na divulgação da campanha para que as Cataratas do Iguaçu se tornem uma das 7 maravilhas mundiais da natureza.



Vadis Luiz da Silva apresentou o novo portal da CNTUR



Presidente do CNTUR apresentou propostas para compatibilizar turismo com a preservação ambiental



## Agenda 2009

# Temas prioritários para a Frente no Congresso Nacional

### NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS

● Regulamentação do art. 23 da Constituição (PLP 12/2003 e apensos) de autoria do Deputado Sarney Filho: apoio à aprovação no Plenário da Câmara do substitutivo elaborado pelo Deputado Geraldo Pudim, com ajustes pontuais mas muito importantes: exclusão do dispositivo que intenta isentar os empreendimentos militares de licenciamento ambiental e aperfeiçoamento dos dispositivos sobre atuação supletiva, pouco debatidos até agora. Na pauta para votação

#### REFORMA TRIBUTÁRIA

● Reforma Tributária (PEC 31/2007 e propostas apensas): apoio às alterações inseridas no substitutivo de forma geral, às emendas relacionadas à luta pela Reforma Tributária Ecológica apresentadas por Parlamentares. Na mesa da Câmara

#### INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DE POLÍTICA AMBIENTAL

● IR Ecológico (PL 5.974/2005): apoio à aprovação pelo Plenário da Câmara do substitutivo que vem sendo negociado com as organizações não-governamentais (WWF e outras), que prevê incentivos às doações a projetos ambientais e ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Pronto para pauta

● Pagamento por Serviços Ambientais – PSA (PL 792/2007 e apensos): amplo debate da futura lei que disciplinará o PSA, assegurado que não haja retrocessos em termos de responsabilidades do setor produtivo pela proteção ambiental. Está na CMADS.

● FPE Verde: apoio à aprovação do PLP 351/2002, e apenso, que criam reserva do FPE para as Unidades da Federação que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas. O processo encontra-se no Plenário da Câmara. Sugere-se estudo para verificar a necessidade de aumento do percentual previsto na proposta do Senado. Pronto para a pauta.

#### CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

● Apoio à aprovação da proposta de consolidação da legislação ambiental brasileira na CCJ e no Plenário da Câmara (PL 679/2007), conforme o texto aprovado no GT de Consolidação das Leis. Deve ser acrescido o conteúdo da recente lei sobre uso científico de animais (Lei 11.794/2008),

bem como mantido o conteúdo da MP 2.166-67/2001 (Código Florestal), entendido que as medidas provisórias anteriores à EC 32/2001 perderam a característica de transitoriedade e podem ser consolidadas. Cabe lembrar que as alterações na lei florestal derivadas da referida medida provisória estão em vigor há dez anos. Está na CCJ.

#### CERRADO E CAATINGA

● Esforço pela rápida aprovação da inserção do Cerrado e da Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional, mediante a aprovação do processo da PEC 115/1995 e propostas apensas. Pronto para pauta

#### CÓDIGO FLORESTAL

● Projeto de Lei (PL) 5226/09 que dispõe sobre a proteção das florestas e outras formas de vegetação, e dá outras providências. O Projeto trata da manutenção dos institutos da Área de Preservação Permanente e de Reserva Legal, bem como mantém os limites inerentes às APPs e os percentuais relativos às áreas de Reserva Legal. Está tramitando na CCJ

#### RESTRICÇÕES À UTILIZAÇÃO DE CARVÃO NATIVO

● Defende-se a aprovação do PL 3003/2008 pela CFT, CCJ e Plenário da Casa, conforme o texto aprovado pela CMADS. A utilização de carvão nativo deve ser admitida apenas como exceção. Entende-se que a matéria deve ser aprovada o mais rapidamente possível. Está na comissão de Finanças e Tributação

#### MUDANÇAS CLIMÁTICAS

● Defende-se amplo e urgente debate das proposições relacionadas à Política Nacional de Mudanças Climáticas. Há dois processos em trâmite que merecem atenção especial: PL 18/2007 e apensos, objeto de comissão especial ainda não instalada, e PL 261/2007 e apenso. Pronto para a pauta.

#### RESÍDUOS SÓLIDOS

● Defende-se a aprovação da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelo Plenário da Casa, com base na minuta de substitutivo ao PL 203/1991 e apensos elaborada pelo coordenador do GT dos Resíduos Sólidos. É importante que o texto da futura lei inclua instrumentos econômicos nesse campo, além das normas básicas sobre o gerenciamento dos resíduos e outros pontos em debate. Não se podem aceitar mais protelações nesse processo. Pronto para a pauta

#### LICENCIAMENTO AMBIENTAL

● Deve-se ampliar com urgência o debate sobre a lei que regule especificamente o licenciamento ambiental. Há dois processos em trâmite sobre o tema: PL 710/1988 e apensos, há vários anos pronto para a Ordem do Dia do Plenário, e PL 3.729/2004 e apensos, em análise pela CMADS. Existem uma série de tópicos a serem disciplinados: licenciamento integrado de mais de um empreendimento, exigibilidade de seguros e auditorias, processos simplificados para empreendimentos de menor impacto, regras básicas para compensações ambientais etc. PL 710/88 pronto para a pauta desde 2003 / PL 3729/04. Está na CMADS.

● De forma integrada ou paralela aos processos relativos ao licenciamento ambiental, apoia-se a aprovação da previsão por lei da avaliação ambiental estratégica (PL 2072/2003). O processo encontra-se na CCJC.

#### RECURSOS GENÉTICOS

● Não há razão para protelar mais os debates sobre as normas nacionais disciplinando o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado, objeto da MP 2186-16/2001 e do PL 4.842/1998 e apensos. O debate está parado há anos na Casa à espera de projeto de iniciativa do Poder Executivo que nunca chega ao Congresso. Enquanto isso, esse importante tema continua regulado por regras que não têm a consistência devida. A MP 2186/01 vigora como lei e o PL 4842/98 está pronto para a pauta

#### CRIMES AMBIENTAIS

● Defende-se a tipificação do crime de biopirataria. O PL 7211/2002, proposição de autoria do Executivo que tem esse objetivo. Não parece ser necessário esperar a aprovação da nova Lei de Acesso (ver item anterior), para criar sanções penais nesse campo. Está na CCP pronto para a pauta

● Defende-se o aumento das penas aplicáveis ao tráfico de animais silvestres. Há projeto de lei de autoria da CPITRAFI exatamente com esse objetivo, o PL 347/2003, pronto para a pauta do Plenário da Câmara. Há proposições apensas ao citado projeto, que ainda merecem o devido debate. Pronto para a pauta

● PL 274/03, o projeto de lei faz uma complementação extremamente importante no artigo da Lei de



Crimes Ambientais que regula a apreensão do produto e do instrumento da infração ambiental. A proposição integra uma das várias sugestões presentes no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que analisou o tráfico de animais e plantas silvestres da fauna e da flora brasileiras, a CPITRAFI. Está tramitando no Senado Federal

● O PL 1965/07. A proposta de alteração da Lei de Crimes Ambientais, visa, sobretudo, ampliar o leque de possibilidades de destinação dos bens apreendidos às diversas modalidades de entidades beneficentes; a permuta entre órgãos públicos da administração direta e indireta, federal, estadual e municipal, bem como a venda, permuta e uso próprio, e notadamente, no rito e na dinâmica do processo de alienação dos bens perecíveis e não perecíveis, dos instrumentos, veículos e embarcações utilizados na prática da infração ambiental. Pretende-se ainda com a proposição, efetuar ajustes em diversos outros artigos da Lei de Crimes Ambientais, os quais, perante a doutrina e jurisprudência vem se revelando numa série de imperfeições e dificuldades na aplicação diária dos referidos dispositivos e causando prejuízos ao meio ambiente. Está na CMADS aguardando ser votado

● PL 4099/08. O objetivo da proposição é instituir a alternativa do leilão, o que se afigura bastante razoável para a solução dos problemas apontados. Considera-se que a venda não irá estimular a ilegalidade. Pelo contrário, a retirada imediata da madeira da posse do autuado já é, em si, uma punição. Além disso, a venda poderá impedir que um bem ambiental tão precioso se deteriore e seja desperdiçado. Ao mesmo tempo, evitará que o órgão público fique impossibilitado de indenizar o autuado, quando, posteriormente, se comprova que a apreensão foi equivocada. Tramitando na CMADS

### PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO

● PL 2047/07. O projeto de lei visa regular a proteção do patrimônio espeleológico existente no território nacional de forma ampla e consistente. Além de abordar o patrimônio espeleológico de forma global, incluindo seus elementos de endo e exocarst, este projeto avança quanto à previsão da análise da relevância dos diversos elementos que o compõem e dos impactos, efetivos ou potenciais, a que estão sujeitos cada um deles, bem como o seu conjunto. projeto também representa um avanço ao prever que, além de empreendimentos e atividades, também políticas, planos e programas que possam causar impactos significativos em áreas dotadas de patrimônio espeleológico dependerão de licenciamento prévio junto ao órgão ambiental competente. Está na Comissão de Minas e Energia.

### BEM-ESTAR ANIMAL

● Deve-se intensificar o debate sobre o PL 215/2007, que propõe o Código Federal de Bem-Estar Animal. O processo está distribuído para comissão especial, ainda não constituída.

● PL 5.974/05 - IR Ecológico - Cria estímulo fiscal a doações e patrocínios para o meio ambiente. As pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do imposto de renda devido, respectivamente, até 80% (oitenta por cento) e até 40% (quarenta por cento) dos valores efetivamente doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos destinados a promover o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. Pronto para a pauta.

### NO SENADO FEDERAL

● PLS 32/2008, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas: altera o art. 10 da Lei 6938/1981, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas no licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. Está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

● PLS 33/2008, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas: dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE). Sugere-se debater o tema juntamente com as proposições que tratam da Política Nacional de Mudanças Climáticas em trâmite na Câmara. Está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

● PEC 51/2003, dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. Recomenda-se a aprovação. Processo com o mesmo objetivo na Câmara dos Deputados (PEC 115/1995 e propostas apensas). Aguardando entrar na pauta.

● PLS 265/1999. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A intenção da proposta é louvável. Note-se, todavia, que o processo do PL 203/1991 e apensas na Câmara encontra-se em estágio mais avançado de tramitação, porque a proposição principal já foi aprovada pelo Senado. Está na Comissão de Assuntos Econômicos.

● PLC 23/2005. Altera a Lei de Crimes Ambientais, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais. A matéria merece aprovação, se necessário com aperfeiçoamentos pontuais. Os dispositivos em vigor sobre o tema, constantes na Lei de Crimes Ambientais e sua regulamentação, não têm a consistência devida. Está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

● PDS 207/2008, Sustenta os efeitos do Decreto 6.514/2008, que “dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências”. Recomenda-se firme rejeição. Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

### PROPOSTAS NEGATIVAS PARA O MEIO AMBIENTE

● Como se defende a inserção da medida provisória do Código Florestal na futura Lei de Consolidação da Legislação Ambiental Brasileira, o posicionamento deve ser pela rejeição de propostas de alterações pontuais do Código Florestal tendo em vista sua flexibilização, a exemplo das insertas no PL 6424/2005 e apensas. Os ajustes necessários na lei florestal devem ser debatidos depois de aprovada a consolidação. Está na CMADS

● PL 5367/09 do dep Valdir Colatto que institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional do Meio ambiente. A proposição padece de vícios formais e materiais, além de representar enorme retrocesso na proteção dos ecossistemas e no poder normativo e deliberativo do CONAMA. Está na Secretaria Geral da Mesa aguardando despacho

● O Executivo editou recentemente o Decreto 6640/2008 sobre o tema, que vem sendo alvo de críticas por comprometer a proteção das cavernas. Enquanto isso, os projetos em trâmite sobre o tema na Casa continuam sem decisão final. Ver a esse respeito principalmente o PL 5071/1990. Está pronto para pauta.

● A PFC 44/2008, de autoria do Deputado Moreira Mendes, propõe à CMADS a realização de fiscalização da origem, fundamentação, legalidade, custos, ônus público e demais ações na formatação de políticas públicas ambientais, em especial a proposta de criação de UCs, a suspensão ou o cancelamento de atividades produtivas como os Planos de Manejo Florestal Sustentável, o atraso em liberações, autorizações e licenciamentos, em todos os ramos de ação ambiental do Poder Público, além de fiscalizações sem o devido amparo da avaliação do processo sistêmico da legislação em vigor e com rigor superior ao determinado nas fases de aplicação da legislação. Apesar de ser fundamental o acompanhamento sistemático pelo Legislativo das atividades do Poder Executivo, avalia-se que essa PFC é ampla demais, não têm o necessário foco em ato(s) determinado(s) e, por isso, pode gerar a distorção das atribuições constitucionais de fiscalização e controle. Defende-se a rejeição da proposta. Está na CMADS aguardando parecer.

## Atlas da Mata Atlântica é apresentado à Frente

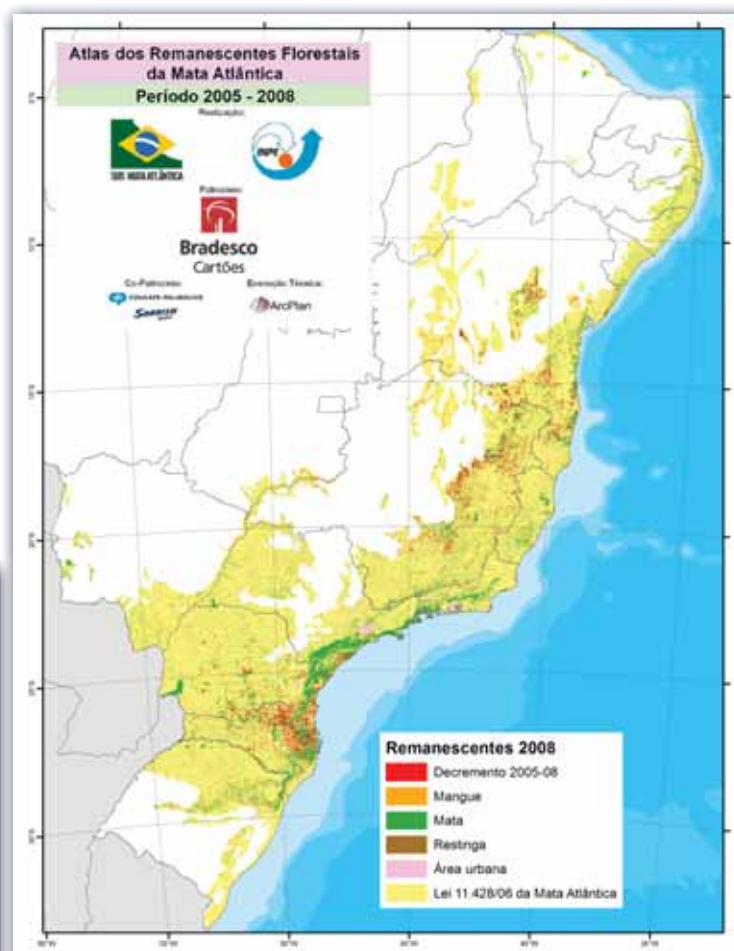
**E**m comemoração ao Dia Nacional da Mata Atlântica (27/05) foram mostrados em reunião da Frente os novos dados do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, desenvolvido pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A publicação mostra a situação da Mata Atlântica de 2005 a 2008.

A reunião foi conduzida pelo deputado Luiz Carreira, (DEM-BA), coordenador do Grupo de Trabalho de Floresta da Frente. Marcia Hirota, diretora de Gestão do Conhecimento e coordenadora

e execução técnica da Arcplan.

Os Estados mais críticos, de acordo com o Atlas da Mata Atlântica são: Minas Gerais, Santa Catarina e Bahia, que perderam, nos últimos três anos, 32.728 ha, 25.953 ha e 24.148 ha, respectivamente. A situação também é preocupante em outros estados pesquisados.

O Estado do Paraná registrou um total de 9.978 hectares de áreas desmatadas; 3.117 hectares foram registradas no Rio Grande do Sul; 2.455 hectares em São Paulo; 2.215 no Mato Grosso do Sul; 1.039 hectares no Rio de Janeiro; 33 hectares em Goiás e 573 hectares no Espírito Santo.



do Atlas pela SOS Mata Atlântica; Flávio Ponzoni, coordenador técnico do estudo pelo INPE; e Mario Mantovani, diretor de Mobilização da Fundação, anunciaram que os dados mostram que no período de 2005 a 2008 foram desmatados ao menos 102.938 hectares de cobertura florestal nativa, ou dois terços do tamanho da cidade de São Paulo.

Os mapas foram atualizados para 10 dos 17 Estados onde a Mata Atlântica ocorre (BA, GO, MS, MG, ES, RJ, SP, PR, SC e RS).

“Os dados indicam que o desmatamento continua na Mata Atlântica e que é cada vez mais urgente a atuação efetiva do poder público”, alertou Marcia Hirota. O Atlas tem o patrocínio do Bradesco Cartões e co-patrocínio da Colgate-Palmolive, por meio da linha de produtos Sorriso Herbal,



Marcia Hirota defendeu a necessidade de uma ação urgente para deter os desmatamentos na Mata Atlântica





# Atividades da Frente 1º Semestre de 2009

11/03 – A direção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresentou à Frente o balanço da gestão/2008 do ICMBio. Presidente do órgão, Rômulo Furtado, defendeu mais sintonia com o Legislativo para defender o meio ambiente. Ele afirmou que o ICMBio ainda tem um quadro pequeno de servidores, pouco mais de 1,8 mil, para administrar 300 Unidades de Conservação (UCs), 11 Centros de Pesquisa e Conservação e cuidar dos 77 milhões de hectares de áreas protegidas, o que equivale a cerca de 8,2% do território nacional.

18/03 – Fórum Amazônia Sustentável – Realizado no Senado Federal para debater a Amazônia Sustentável. O evento foi organizado pela Frente, Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Preserve Amazônia e Instituto Socioambiental (ISA). “O painel: Infraestrutura e Sustentabilidade na Amazônia teve como moderador Sérgio Guimarães, da organização Instituto Centro Vida (ICV) e como comentaristas Adriana Ramos, do ISA e Marcos Mariani, da Preserve Amazônia.

25/03 – Dia Mundial da Água - Apresentação dos resultados do Fórum Mundial da Água – deputado Jorge Koury, coordenador do Grupo Água – e do termo de cooperação técnica assinado entre a Fundação SOS Mata Atlântica e a Agência Nacional de Águas (ANA).

15/04 – Pacto de Defesa pela Mata Atlântica – Anunciado em reunião da Frente o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica que prevê a recuperação de 15 milhões de hectares até 2050, distribuídos em planos anuais aprovados por seu Conselho de Coordenação. O pacto foi articulado por instituições públicas e privadas, governos, empresas e proprietários.

29/04 – Seminário “10 Anos da Política Nacional de Educação Ambiental: Avanços e necessidades em busca da edificação de uma sociedade sustentável”, coordenado pelo deputado José Paulo Tóffano, coordenador do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental da Frente. Foram apresentados projetos coordenados pela SOS Mata Atlântica: Mata Atlântica vai à Escola e Plantando Cidadania.

06/05 - A deputada Rebecca Garcia apresentou o resultado do 1º Fórum das Águas realizado em Manaus. Foi também mostrada a mobilização e corresponsabilidade para a gestão da água, com a apresentação da SOS Mata Atlântica. Moradores das Resex Renascer e Jauaperi estiveram com os parlamentares da Frente para cobrar a criação de suas áreas.



13/05 – Vigília da Amazônia no Plenário do Senado - Comissões Mista Permanen-

te sobre Mudanças Climáticas - CMMC, do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA e, de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, com apoio da Frente. O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, afirmou que “o povo brasileiro já decidiu que quer a Amazônia preservada”, citando pesquisa do Datafolha. Também discursaram o diretor do Greenpeace, Sérgio Leitão; Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra; o padre Nelito Dornellas, da Comissão Pastoral da Terra/Aliança Cam-



ponesa Ambientalista; Rogério Hohn, do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Além deles, a indígena Valéria Ipaie, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab); Adalmir José da Silva, da Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas; José Barbosa, do Conselho Nacional dos Seringueiros; e Muriel Saragoussi, do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) e do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS). Os atores Cristiane Torloni e Victor Fasano entregaram documento com mais de 1 milhão de assinaturas em defesa da AM ao presidente do Senado, José Sarney.

25/05 – O coordenador do GT de Turismo da Frente, deputado José Mentor promoveu encontro da Frente com o presidente da Confederação Nacional do Turismo - CNTUR, Nelson de Abreu

Pinto. Durante o evento foi lançado o Portal da Confederação Nacional do Turismo - CNTur.

23/05 – Evento Viva a Mata – O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, participou de debate no Ipirapuera, São Paulo sobre o Código Florestal. A Frente Ambientalista dos Vereadores também participou evento. Foi debatido o substitutivo do Deputado Jorge Khoury ao PL 6424/05 que propõe alteração do Código Florestal Brasileiro. Os vereadores anunciaram que irão lutar para que o tema ambiental deixe de ficar só em Brasília ou nos estados pas-

sando a existir nos municípios.

27/05 – Dia Nacional da Mata Atlântica – Foram apresentados os novos dados do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, desenvolvido pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Foram mostrados dados da situação da Mata Atlântica entre o período 2005-2008 em 10 dos 17 estados.

02/06 – Parlamentares da Frente participaram da sessão conjunta Câmara e Senado, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente (05/06). O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, disse, na ocasião, que os brasileiros não têm o que comemorar na data, diante de tentativas de retrocesso na legislação ambiental e da resistência do governo em não aderir à “política econômica do século XXI”, pautada na

sustentabilidade.

03/06 – Energias Renováveis – Apresentação dos trabalhos da Comissão Especial de Energias Renováveis e discussão das contribuições da sociedade civil para a criação de um marco regulatório para o setor de energias renováveis no país. Presentes, além do coordenador do GT de Energias Renovável da Frente, Jorge Koury e parlamentares, ONGs e representantes das indústrias ligadas ao setor.

17/06 – Debate em torno da proposta da Política Nacional de Resíduos Sólidos e dos resultados obtidos pelo Grupo de Trabalho Parlamentar constituído para proferir parecer sobre o tema. Além do coordenador do GT de Resíduos Sólidos, deputado Arnaldo Jardim e de parlamentares que compõem a Frente, falaram sobre o tema representantes do Movimento Nacional dos Catadores e o Diretor Executivo do CEMPRE – Compromisso Empresarial pela Reciclagem e representantes do Governo,

24/06 – Mesa redonda do Observatório do Clima – Rumo à COP 15. O objetivo do debate da Frente foi reunir ONGs, institutos de pesquisa e movimentos sociais integrantes do Observatório do Clima, com negociadores nacionais no âmbito da UNFCCC e Protocolo de Quioto e parlamentares, para discussão sobre as perspectivas das negociações internacionais e do impacto no país, nas áreas de políticas públicas e mercado.



01/07 – A Frente Parlamentar Ambientalista aderiu aos esforços da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio) para garantir um percentual maior de combustível vegetal no diesel comercializado no País. Em um debate promovido pela Frente parlamentar no dia 1º de junho, o presidente da Ubrabio, Odacir Klein, enumerou os benefícios da mistura. O coordenador do GT de Resíduos Sólidos, deputado Mendes Thame, também apoiou a iniciativa.

08/07 - GT Empresas – Reunião da Frente para o lançamento do GT de Empresas e Responsabilidade Ambiental, coordenado pelo deputado Raul Henry (PMDB-PE). Participou a Associação Brasileira de Celulose e Papel - Bracelpa. O GT Empresas se propõe a ser um espaço aberto, que permitirá à sociedade, às empresas e ao setor público debaterem e construir juntos o desenvolvimento almejado por todos. A presidente da Bracelpa, Elizabeth de Carvalhaes, falou sobre “Florestas plantadas do setor de celulose e papel”.



## Participaram dos trabalhos da Frente no primeiro semestre de 2009

ABDI  
 ABEMA  
 ABPPM  
 ABRACE  
 ABRAF  
 ABRAFLORA  
 ABTCP  
 Agência Ambiental  
 Agência Brasil  
 Agência Brasileira- GERCO  
 Amigos da Terra  
 Amigos do Futuro  
 AMMA  
 Agência Nacional de Águas -ANA  
 ANAMA  
 Agência Nacional de Petróleo -ANP  
 Apremavi  
 AQUASIS  
 Aracruz Celulose  
 Ass. Floresta Protegida  
 Associação Brasileira de Indústrias Recicladoras de Papel (ABIRP)  
 Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF)  
 Banco do Brasil  
 Banco do Nordeste  
 Banco Santander  
 Bichara Advogados  
 BID  
 BINATURAL  
 BIOCAMF  
 BIODISEL BR  
 BIOVERDE  
 BRACELPA  
 BRASAL REFRIGERANTES  
 Brascerrado  
 Câmara Legislativa DF  
 Camara Municipal de Goiania  
 Casa Civil da Presidência da República  
 CDS - mestrado  
 Centro Golfinho Rotador  
 CI BRASIL  
 CN - RBMA  
 Conf. Nacional da Agricultura -CNA  
 Conf. Nacional da Indústria -CNI  
 Conf. Nacional de Turismo -CNTUR  
 Coalizão Internacional da Vida Silvestre-IWV/BRASIL  
 Coca Cola Brasil  
 COCELPA  
 Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE)  
 Conf. Nacional de Municípios  
 Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)  
 Conservação Internacional (CI)  
 COPENOR  
 CORREIO BRASILIENSE  
 CUT - RO  
 Defensores da Terra  
 DELVALLE  
 ECOCAMARA  
 ECODATA  
 ECOJUREIA  
 ELABORE  
 EMBAIXADA BRITANICA  
 EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS  
 EMBRAPA  
 EMBRAPA AGROENERGIA  
 EMBRAPA CERRADO  
 Executiva - PT Goiás  
 Fator Ecologico Social  
 FBONS  
 FERTIBOM  
 FIESP  
 FORD  
 Fórum Brasileiro de Ongs (FBOMS)  
 Fórum Paulista de Mudanças Climáticas  
 FSC Brasil - Conselho Brasileiro de Manejo Florestal  
 Fundação O Boticário  
 Fundação Pró -TAMAR  
 Fundação SOS Mata Atlântica  
 GAMBÁ  
 GEOAMBIENTE  
 Greemeeting -Encontro Verde das Américas  
 Green Cross  
 Greenpeace  
 GRUPO BERTIM  
 Grupo de Trabalho da Amazônia  
 GTA  
 IBAMA  
 IBRAM-GDF  
 ICMBIO  
 IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil  
 IMAFLORA  
 IMAZON  
 INDICE EDITORA  
 INSTITUTO ACENDE BRASIL  
 Instituto Albatroz.  
 Instituto Amigos da RBMA  
 Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)  
 Instituto Flamboyant  
 Instituto Ipanema  
 Instituto Recifes Costeiros  
 Instituto Sociedade População e Natureza (ISPNU)  
 Instituto Socioambiental (ISA)  
 INSTITUTO SOUZA CRUZ  
 INTERNACIONAL PAPER DO BRASIL LTDA  
 IPAM  
 IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas  
 Isa  
 IVECO  
 IWF PLANET  
 Jornal O Globo  
 KLABIN S.A  
 LINKE  
 Linker Consultora  
 MAPA /SPAÉ  
 MCT  
 MDA  
 MIN. AGRICULTURE  
 MMA  
 MMA /SAIC  
 MTUR  
 NBR  
 NESTLE  
 Núcleo Educação e Monitoramento Ambiental  
 O Eco  
 OFICINA DA PALAVRA  
 OLEOPLAN  
 Ong Sociedade do Sol  
 PATRI  
 PETROBRAS  
 Portal Responsabilidade  
 Preserve a Amazônia  
 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 Presidente CUT Goiás  
 PROCURADORIA DO PARANÁ  
 REDE 21  
 Rede Bras. Jornalismo Ambiental  
 Rede brasileira de Unidades de Conservação  
 Rede Mangue Mar /Grupo Ambiental da Bahia - GAMBÁ  
 Rede ONG Mata Atlântica  
 REDES 21  
 Rejuma  
 Revista Aventura e Ação  
 REVISTA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL  
 RIGESA  
 RMA - Rede de Ongs da Mata Atlântica  
 SALVE O URUBU  
 SEBRAE NACIONAL  
 Sec. Municipal de Goiania  
 Seduma - GDF  
 Serpro/Sobratt  
 SETORIAL DO MEIO AMBIENTE  
 SINDI RECEITA  
 SMAD PT Nacional  
 SOS Mata Atlantica  
 SRH  
 SUMAN  
 SUZANO  
 The Nature Conservancy (TNC)  
 TNC  
 Trib. L. A. Água  
 Trilhas do Brasil  
 TRT AMBIENTAL  
 TV GENESIS  
 UBRABIO  
 UNB  
 ÚNICA  
 UNIVERSIDADE FEDERAL TOCANTINS  
 USAID  
 Usina Asa Branca  
 Vale Verde - Associação de Defesa do Meio Ambiente  
 WAL MART  
 WSPA  
 WWF - BRASIL

## Manifesto da Frente

I – lutar em defesa dos princípios da Carta da Terra, documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92;

II – lutar pela correta implementação da Agenda 21, incluindo as disposições referentes à observância por parte dos países desenvolvidos das metas de emprego de recursos em ajuda a países em desenvolvimento (Official Development Assistance - ODA);

III – lutar pela implementação da Convenção sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Kyoto, bem como pela assunção, por todos os países, dos compromissos neles estabelecidos e, paulatinamente, negociar normas internacionais mais efetivas do ponto de vista da proteção ambiental, com o intuito de prevenir e reverter alterações climáticas;

IV – lutar pela implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, inclusive no que se refere à justa repartição de benefícios pelo uso de recursos do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;

V – lutar pela implementação dos demais acordos internacionais já firmados relativos à temática ambiental, assim como pela formulação e negociação de outros acordos na área que venham a se fazer necessários;

VI – lutar pela aprovação das proposições legislativas que aperfeiçoam a legislação ambiental vigente, assegurados os ajustes que se fizerem importantes nos textos em discussão no Congresso Nacional;

VII – propugnar pela máxima cooperação entre Estado e sociedade para a solução dos problemas ambientais;

VIII – acompanhar a concepção e o trâmite dos projetos referentes ao plano plurianual, às leis de diretrizes orçamentárias e aos orçamentos anuais, de forma a assegurar a alocação de recursos orçamentários para ações voltadas a garantir salvaguardas ambientais nos programas a cargo dos Executivos Municipais, Estaduais e Federal;

IX – rechaçar qualquer tentativa de impor retrocessos à legislação ambiental;

X – conceber instrumentos econômicos que auxiliem a consecução dos objetivos da Política Nacional do Meio Am-

biente;

XI – conceber mecanismos legais com vistas a assegurar a estrita observância dos princípios da precaução e do usuário-pagador;

XII – acompanhar a concepção e a implementação das diferentes políticas públicas que apresentam interfaces com a questão ambiental, de forma a assegurar sua compatibilidade com a Política Nacional do Meio Ambiente;

XIII – acompanhar e trabalhar para a correta implementação da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Lei de Crimes Ambientais, da Lei da Educação Ambiental, da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de todas as demais conquistas já efetivadas no campo da legislação ambiental;

XIV – garantir que os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE incidente sobre a comercialização e importação de combustíveis, instituída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, sejam aplicados conforme o previsto na referida emenda, notadamente em projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas pela indústria do petróleo e do gás, e em programas de infraestrutura de transportes que visem à redução do consumo de combustíveis;

XV – garantir que os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos sejam aplicados na bacia hidrográfica em que foram gerados, em projetos voltados à conservação e melhoria da qualidade ambiental;

XVI – acompanhar a implementação das obras públicas e das obras financiadas com recursos públicos, tendo em vista assegurar o cumprimento da legislação ambiental, inclusive no que se refere ao licenciamento ambiental;

XVII – atuar como catalisador de demandas da sociedade em relação a questões ambientais.

XVIII – Lutar pela implementação da Convenção de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD).

Brasília, 05 de fevereiro  
2007.  
Deputado SARNEY FILHO



## Parlamentares da Frente Parlamentar Ambientalista

### Deputados

Abelardo Camarinha - Acélio Casagrande - Afonso Hamm - Albérico Filho - Alex Canziani - Alfredo Kaefer - Aline Corrêa - André De Paula - Andre Vargas - Andreia Zito - Angela Amin - Anselmo de Jesus - Antônio Carlos Biffi - Antonio Carlos Mendes Thame - Antonio Cruz - Antônio Roberto - Ariosto Holanda - Arnaldo Faria de Sá - Arnaldo Jardim - Arnaldo Vianna - Arnon Bezerra - Átila Lira - Bel Mesquita - Benedito De Lira - Bernardo Ariston - Beto Albuquerque - Bispo Gê Tenuta - Bonifácio de Andrada - Bruno Araújo - Bruno Rodrigues - Cândido Vaccarezza - Carlos Abicalil - Carlos Eduardo Cadoca - Carlos Santana - Carlos Willian - Carlos Zaratini - Celso Maldaner - Celso Russomanno - Chico Alencar - Chico Lopes - Cida Diogo - Ciro Gomes - Ciro Pedrosa - Cláudio Diaz - Cleber Verde - Clóvis Fecury - Colbert Martins - Dagoberdo - Dalva Figueiredo - Damiano Feliciano - Daniel Almeida - Davi Alves Silva Júnior - Décio Lima - Deley - Domingos Dutra - Dr. Adilson Soares - Dr. Nechar - Dr. Paulo César - Dr. Rosinha - Dr. Talmir - Dr. Ubiali - Duarte Nogueira - Edigar Mão Branca - Edinho Bez - Edmar Moreira - Edson Duarte - Eduardo Barbosa - Eduardo Cunha - Eduardo da Fonte - Elcione Barbalho - Eliene Lima - Eliseu Padilha - Elismar Prado - Eudes Xavier - Eunício Oliveira - Evandro Milhomen - Fábio Faria - Fábio Ramalho - Felipe Bornier - Félix Mendonça - Fernando Chucre - Fernando Coruja - Fernando de Fabinho - Fernando Diniz - Fernando Ferro - Fernando Gabeira - Flaviano Melo - Flávio Bezerra - Flávio Dino - Francisco Praciano - Fran-

cisco Rodrigues - Francisco Rossi - Geraldo Pudim - Gerson Peres - Giovanni Queiroz - Givaldo Carimbão - Gonzaga Patriota - Gorete Pereira - Guilherme Campos - Gustavo Fruet - Henrique Afonso - Henrique Eduardo Alves - Homero Pereira - Iran Barbosa - Iriny Lopes - Jackson Barreto - Janete Capiberibe - Janete Rocha Pietá - Jerônimo Reis - Jilmar Tatto - João Campos - João Dado - João Magalhães - João Maia - João Matos - João Oliveira - João Paulo Cunha - Jofran Frejat - Jorge Khoury - Jorginho Maluly - José Carlos Araújo - José Eduardo Cardozo - José Fernando Aparecido De Oliveira - José Guimarães - José Linhares - José Mentor - José Paulo Tóffano - José Santana De Vasconcellos - Julião Amin - Júlio Cesar - Júlio Delgado - Jurandil Juarez - Laerte Bessa - Laurez Moreira - Leandro Sampaio - Lelo Coimbra - Léo Vivas - Leonardo Monteiro - Leonardo Vilela - Lídice da Mata - Lincoln Portela - Lindomar Garçon - Lira Maia - Lobbe Neto - Luciana Costa - Luciana Genro - Luiz Bassuma - Luiz Bittencourt - Luiz Carreira - Luiz Couto - Magela - Manato - Manoel Junior - Manuela D'Ávila - Marcelo Almeida - Marcelo Castro - Marcelo Melo - Marcelo Ortiz - Marcelo Serafim - Marco Maia - Marcondes Gadelha - Maria Lúcia Cardoso - Marina Maggesi - Marinha Raupp - Mário Heringer - Maurício Quintella Lessa - Maurício Rands - Maurício Trindade - Mauro Benevides - Mauro Nazif - Mendonça Prado - Miguel Corrêa - Moises Avelino - Nazareno Fonteles - Nelson Marquzelli - Nelson Meurer - Nelson Trad - Nilmar Ruiz - Nilson Pinto - Osmar Júnior - Osmar Serraglio - Osvaldo Reis - Otavio Lei-

te - Paes Landim - Pastor Manoel Ferreira - Paulo Henrique Lustosa - Paulo Roberto Pereira - Paulo Rocha - Paulo Rubem Santiago - Paulo Teixeira - Pedro Chaves - Pedro Eugênio - Pedro Novais - Pedro Wilson - Perpétua Almeida - Pinto Itamaraty - Professor Setimo - Raimundo Gomes de Matos - Raul Henry - Raul Jungmann - Rebecca Garcia - Reginaldo Lopes - Renato Molling - Ribamar Alves - Ricardo Barros - Ricardo Tripoli - Rita Camata - Roberto Rocha - Roberto Santiago - Rodrigo Maia - Rodrigo Rocha Loures - Rodrigo Rollemberg - Rômulo Gouveia - Rubens Otoni - Sabino Castelo Branco - Sandro Mabel - Sarney Filho - Sebastião Bala Rocha - Sérgio Brito - Severiano Alves - Silvío Torres - Solange Almeida - Solange Amaral - Thelma de Oliveira - Valadares Filho - Valtenir Pereira - Vanderlei Macris - Vanessa Graziotin - Vieira da Cunha - Vignatti - Virgílio Guimarães - Vital do Rêgo Filho - Vitor Penido - Waldir Neves - Walter Ihoshi - Wellington Fagundes - Wellington Roberto - William Woo - Wilson Santiago - Wladimir Costa - Zé Gerardo - Zenaldo Coutinho - Zequinha Marinho

### Senadores

Cícero de Lucena Filho • Cristovam Buarque • Fernando Collor • Francisco Dornelles • João Vicente Claudino • José Nery • Marina Silva • Papaléo Paes • Paulo Paim • Renato Casagrande • Romero Jucá • Serys Slhessarenko

O relatório completo da Frente Ambientalista de 2007/2008 está disponível no site: [www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

## O papel da sociedade civil na Frente Ambientalista

Nesse primeiro semestre, a Frente Parlamentar Ambientalista consolidou, ainda mais, a sua presença no Congresso Nacional. De 2008, quando o movimento foi lançado, até hoje, as atividades evoluíram muito, com o apóio da sociedade civil. Temos atualmente muito trabalho com o site que foi criado, com o Observatório Parlamentar, com a mobilização para a presença e participação dos deputados, de organizações da sociedade civil e de empresas.

Vivemos, nos últimos meses, um dos períodos mais conturbados na história do meio ambiente. Problemas já eram previstos, mas os ataques à política e à legislação ambiental reforçaram a importância de estarmos acompanhando de perto as atividades do Congresso Nacional. Sabíamos que a temperatura estava se elevando, porque tivemos 40 legislações ligadas ao meio ambiente para colocar no Observatório Parlamentar e presenciarmos, como no caso do Código Florestal, a chegada de 40 propostas para sua alteração.

A situação está tomando um rumo de perda de controle ou algo



parecido. O Executivo demonstra uma grande fragilidade. E quando digo isso, não estou falando especificamente do Ministério do Meio Ambiente ou de outro isoladamente. O problema é estrutural, de governança. Acompanhamos o nascer do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que veio direto do Palácio do Planalto, e ainda, os sinais de descompasso entre os ministérios. Ao apoiar os trabalhos da Frente, não queremos julgar as pessoas pelo que elas fazem, e sim, ter um espaço de formação, de informação e de mobilização. Vivenciamos ocasiões singulares. Em uma delas, durante

café da manhã da Frente, o Deputado Sarney Filho leu um parecer contrário ao projeto de mudanças no Código Florestal, do deputado Valdir Collato, na presença de representantes da bancada ruralista. É isso: a Frente permite que um ouça o posicionamento do outro.

Tivemos, ainda, a oportunidade de nos aproximar do presidente do Partido dos Democratas, deputado Rodrigo Maia (RJ). Alguns de seus representantes têm reagido contra proposições relacionadas ao meio ambiente. A nossa aproximação foi muito construtiva, pois ele pôde ouvir e entender a nossa posição. Estou certo de que em uma próxima reunião do partido, o parlamentar terá subsídios para argumentar levando em consideração o que debateu conosco.

O nosso papel é o de formar e não de escolher ambientalistas no Congresso para o trabalho da Frente. Todos são bem vindos. Gostaríamos que viessem os 550 parlamentares.

O movimento continuará crescendo. Percebemos isso quando vemos que cada parceiro está assumindo a sua parte na responsabilidade pelo café da manhã semanal,

por exemplo. A SOS Mata Atlântica teve papel importante, sim, para dar início ao processo, mas as outras organizações já assumiram seus lugares. Hoje vemos os grupos do Cerrado articulando o seu café da manhã e outros trabalhando em conjunto com os deputados nos grupos temáticos.

O momento é difícil, não só por causa dos conflitos, mas pela preparação da pauta das eleições de 2010. Aprendemos muito com as eleições municipais (Plataforma Ambiental) e apoiamos a nova Frente Ambiental dos Vereadores. Agora, estamos preparando a Plataforma para os candidatos a deputados federais..

A Frente inaugurou uma nova dinâmica no parlamento: um movimento que está presente, que acontece e que faz, demonstrando que não é apenas ideológica do ponto de vista de escolher amigos ou inimigos. Estamos construindo, de fato, junto com outros atores, um processo ímpar de participação e de cidadania.

**Mario Mantovani**  
Diretor de Mobilização da SOS  
Mata Atlântica

### Frente dos Vereadores é criada em Fortaleza

Criada em dezembro do ano passado, a Frente Ambientalista dos Vereadores já começou a atuar nos Estados. A Câmara Municipal de Fortaleza instalou, em março, a sua Frente, fortalecendo, assim, a discussão e atuação em relação às causas ambientais.

A proposta foi apresentada oficialmente em Audiência Pública que debateu a "Gestão Ambiental da Câmara", contando com a presença, além de militantes ambientalistas, do presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani.

"Acreditamos que o trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista é mais uma contribuição da Câmara Municipal de Fortaleza para a construção de uma cidade ecologicamente sustentável e socialmente justa, no contexto maior de



Movimento foi lançado em Brasília

sustentabilidade planetária, justiça ambiental e igualdade social", afirmou o vereador João Alfredo.

A Frente funciona como Comissão Especial na Casa e conta com a participação direta de sete parlamentares, embora receba colaborações de outros vereadores. Além de João Alfredo, os demais integrantes são: Eliane Novais (PSB), Roberto Mesquita (PV), Carlos Dutra (PSDB), Ronivaldo Maia (PT), Marcelo Mendes (PTC) e Adelmo Martins (PR).

### André de Paula reforça luta pelo meio ambiente

O coordenador do GT do Mar, André de Paula (DEM-PE), ao encerrar o período em que esteve à frente da Comissão do Meio Ambiente, reforçou o seu compromisso com a causa ambiental e lamentou que no país, ainda exista um grande fosso entre os discursos e as ações do governo. "Não há sintonia e falta coordenação. Há boas idéias e intenções, mas poucos recursos e quase nenhuma decisão política", disse o deputado. Como exemplo, citou o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, lançado pelo Governo brasileiro no final do ano passado.

"Este plano que em nenhum momento foi discutido com a sociedade civil, apesar de ter levado longo período para ser concebido, mostrou-se excessivamente tímido e precisa ser melhor discutido e aperfeiçoado, se quisermos realmente assumir um compromisso

com a atual e com as futuras gerações de brasileiros", criticou André de Paula.

Para ele, a crise na economia mundial impõe um olhar ainda mais atento à elaboração de uma pauta ecologicamente responsável. "Não podemos deixar de discutir a consolidação da legislação ambiental, a legislação concorrente, o licenciamento ambiental, as questões indígenas, o pagamento por serviços ambientais, o parcelamento do solo urbano, os resíduos sólidos, a energia nuclear", defendeu o parlamentar.

